

# Apresentação

---

A RIDH – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, nesta 3ª edição, traz como destaque um dossiê sobre Educação em Direitos Humanos organizado pela ANDHEP, a partir de trabalhos apresentados no seu VIII Encontro Nacional (2014), especificamente no GT: “Ensino e Educação em Direitos Humanos”.

Os textos selecionados para este dossiê oferecem-nos um conjunto de dados atualizados e abrangentes sobre pesquisa em direitos humanos no Brasil. Retrata assim boa parte dos enfoques que vêm sendo dados em nossos programas de pós em Direitos Humanos, em especial naqueles de perfil interdisciplinar. Também encontraremos textos abordando experiências de Educação em Direitos Humanos tanto no ambiente escolar da sala de aula, quanto nos movimentos sociais, em que a EDH assume, na atividade de extensão universitária, um caráter de militância política.

Abrindo o dossiê, o texto **Interfaces da pesquisa sobre direitos humanos em produções científicas na área da Educação em Direitos Humanos – ANDHEP (2009 e 2012)** de Fernando da Silva Cardoso registra que a EDH tem sido prioridade no quadro das pesquisas interdisciplinares em direitos humanos apresentadas nos últimos Encontros da ANDHEP. Assunto predileto: Formação inicial e continuada em Direitos Humanos. Outros temas de pesquisas também apresentaram recorrência: Acesso à Justiça, Assessoria Jurídica Popular, Sistema Penitenciário, e Cidadania e Inclusão Social.

Em **Programas e áreas de concentração em direitos humanos no Brasil: o desenho de uma possível interdisciplinaridade**, a equipe – Sandra Unbehaum, Ingrid Viana Leão e Camila Magalhães Carvalho – procura compreender a natureza dos currículos interdisciplinares de Direitos Humanos em programas de pós-graduação interdisciplinares. Para isso as pesquisadoras realizam uma análise comparativa desses com aqueles programas de pós em Direitos Humanos desenvolvidos no interior dos cursos de Direito.

Ainda sobre programas de pós-graduação na área multidisciplinar, o artigo de Gilberto José Monteiro, Irandi Pereira e Maria do Rosario Corrêa de Salles Gomes traz um panorama sobre **Os direitos humanos na produção acadêmica e técnica do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei**, da Universidade Bandeirante Anhanguera/SP, no período de 2010 – 2012. Pela especificidade da temática, este programa procura aliar as pesquisas e a produção bibliográfica com atividades de intervenção nas políticas públicas de caráter socioeducativo.

Em **Intolerância, direitos humanos e socialização no ambiente escolar**, Larissa Messias Moraes apresenta e analisa os resultados da pesquisa Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em 2009, em 501 escolas brasileiras. O conhecimento dessa pesquisa, por parte dos educadores, é de fundamental importância para o trabalho de educação em direitos humanos na escola, caminho privilegiado para se construir uma cultura de valorização da convivência na diversidade, como mostra a autora.

O dossiê encerra-se com o relato e análise de duas experiências de educação em direitos humanos a partir da memória das lutas sociais contra a ditadura militar, pós 1964, no Brasil. Na primeira experiência, o prof. Rafael Aroni apresenta o trabalho pedagógico realizado com estudantes secundarista, a partir das imagens sociais aprendidas por eles, com o estudo da greve dos trabalhadores canavieiros, em Guariba, na década de 1980. Conjugaram-se, no trabalho pedagógico, a aprendizagem da história regional, a promoção dos direitos humanos e o direito à memória e à verdade. Esta é a temática do artigo **A greve de Guariba (1984) no imaginário sociológico de estudantes secundaristas**.

**Educar para nunca mais: memória e resistência camponesa em Mari, PB, Brasil** registra o trabalho de resgate da memória e da verdade sobre a tragédia de Mari, em 1964, quando camponeses foram assassinados num confronto violento contra o latifúndio. A partir desta pesquisa, realizada pelo Comitê Paraibano Memória Verdade e Justiça, Maria de Nazaré Tavares Zenaide – membro do Comitê – analisa os significados da EDH, no enfoque como educar para o nunca mais. Além da reflexão teórica, a autora comenta as atividades de EDH, realizadas junto aos familiares das vítimas e à comunidade de Mari, pela passagem dos 50 anos da luta de resistência.

\* \* \*

Numa segunda seção, a RIDH 3 publica mais quatro artigos com temas relevantes em direitos humanos: conceituações filosóficas, memória, violência e moradia.

Com base em análises conceituais filosóficas sobre e o direito e a amizade, Maria Cecília Pedreira de Almeida busca demonstrar que a expressão dos direitos humanos, enquanto direito positivo, pode obstaculizar a própria realização ética e política desses direitos na vivência cotidiana. O texto **A linguagem da lei e a gramática da injustiça: reflexões sobre o direito e a amizade** conclui que o fortalecimento da democracia vai além do estado de direito; passa pela tolerância, amizade e dignidade humana.

Demonstrar a presença da lógica do período ditatorial recente na atual democracia brasileira, em especial nas políticas oficiais de memória das vítimas da ditadura, é o propósito do texto *A democracia brasileira e o passado que não passa*. Nele, Silvia Maria Brandão Queiroz procura mostrar as limitações da Comissão Nacional da Verdade, no que diz respeito à justiça e ao acesso aos arquivos da ditadura, impostas por regras de exceção, próprias dos tempos do arbítrio.

O estudo sobre violência na sociedade brasileira, realizado a partir de dados estatísticos, por Antonio Mateus de Carvalho Soares, tem o objetivo demonstrar que o acúmulo social desse quadro tem contribuído para a corrosão dos direitos humanos. Dentre seus argumentos, o autor cita o crescimento da violência como processo intrínseco à lógica autoritária que impõe verticalmente uma cultura do medo e da dominação. Artigo: *O acúmulo da violência e da criminalidade na sociedade brasileira e a corrosão dos direitos humanos*.

Com *Impactos da política de habitação social e o direito humano à moradia no Brasil*, Simone da Silva Costa analisa a política pública de habitação popular, mostrando sua importância social. Contudo, mostra quão distante estamos ainda de suprir essa demanda da classe trabalhadora, por uma moradia digna, que se manifesta desde a década de 1940.

Os posicionamentos, contidos nos artigos publicados, são de responsabilidade dos autores.

Editoria

Bauru, dezembro de 2014.

